



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

RESSANO GARCIA, O POLÍTICO,

Conferência apresentada por Jorge Mangorrinha (HML/IST)* –
Recensão Crítica, por Maura Pessoa.

Jorge Mangorrinha (JM) iniciou a sua comunicação com uma breve introdução biográfica de Ressano Garcia (RG), retratando a faceta menos conhecida do engenheiro que revolucionou a cidade de Lisboa enquanto urbanista municipal: a sua actividade como político.

«O exercício político de Ressano Garcia, como militante progressista, deputado, ministro e par do Reino, nunca fora, até à data, devidamente investigado, mas é um campo fértil de análise da história política e até comparativa com a actualidade», assegurou o investigador universitário.

Na última fase da Monarquia Constitucional, assistíamos a um rotativismo político entre os dois principais partidos monárquicos – o Regenerador e o Progressista – que dominavam a política em Portugal. Estes ofereciam pouco ou nada de diferente e, assentes neste sistema, minavam o regime, nomeadamente as questões que envolviam os caminhos-de-ferro, os tabacos, as obras do porto de Lisboa, o crédito, e a pequena corrupção que proliferava pelo Estado e autarquias: «Nesta época, os partidos monárquicos encontravam-se sob permanentes convulsões e cisões internas. A única ideia política consensual era a do “bota abaixo!” Enquanto isto acontecia, a situação económica do país piorava ano após ano, obrigando centenas de milhares de portugueses a emigrar», defendeu JM.

O partido Progressista ocupou o poder em 1887. Em 1889, numa recomposição do executivo presidido por José Luciano de Castro, RG foi nomeado para o cargo de **ministro da Marinha e do Ultramar**, assumindo a pasta até 1890, na sequência da queda do governo português por motivo do Ultimato inglês.

Segundo JM, os tumultos continuavam no parlamento e nas ruas. O país tinha chegado a uma crise generalizada devido à excessiva dívida pública. A culpa, segundo os progressistas, era dos governos do Fontismo ou da Regeneração, sobretudo pelos gastos na construção de infra-estruturas, naturalmente indispensáveis, para as quais o Estado não dispunha de meios, comportando

* Conferência apresentada no âmbito do Ciclo de Conferências de **Ressano Garcia: fazer a cidade. Centenário (1911-2011)** 4.^a Conferência: **Ressano Garcia, o Político** 4.^a comunicação (17 de Novembro de 2011, Hemeroteca Municipal de Lisboa).

por isso um desequilíbrio financeiro, só minimamente sustentável devido aos recursos provenientes de emigrantes. Este cenário foi ainda agravado pela crise agrícola e pelas epidemias que a sucederam, pelas crises continuadas dos câmbios do Brasil e pelas grandes crises financeiras e económicas internacionais.

A crise generalizada, frisou JM, condicionou a acção de RG à promoção de missões para a fiscalização das rotas comerciais junto à costa e de acesso aos portos continentais, de forma a impor a presença e soberania portuguesa nos territórios ultramarinos. Este Império era o que chegaria aos anos 60 do século XX, pelo que RG pretendeu não só manter o império como expandi-lo, o que originou protestos firmes por parte do governo inglês, com notas diplomáticas (Novembro e Dezembro de 1889).

Porém, o governo de Portugal e o ministério administrado por RG em particular, demoraram as respostas e acumularam argumentos sem acreditar na possibilidade de uma atitude mais violenta por parte de Inglaterra, o que daria origem precisamente ao Ultimato em Janeiro de 1890. «Lembre-se que após 1886, portanto 4 anos antes do Ultimato, se sucediam as expedições portuguesas estimadas em efectivar o mapa cor-de-rosa, unificando territorialmente Angola e Moçambique», recordou JM.

Estes territórios reclamados por Portugal iam contra as pretensões britânicas e o seu projecto megalómano de construir uma linha de caminhos-de-ferro que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo, que nunca se realizaria. O governo da rainha Vitória não aceitou as pretensões de Portugal de unir Angola com Moçambique.

Reunido o Conselho de Estado a 11 de Janeiro de 1890, presidido por D. Carlos, manifestaram-se diversas posições. **RG esteve com aqueles que consideraram que não seria possível fazer frente aos ingleses.** A Inglaterra era a superpotência da época, pelo que entrar em guerra seria desastroso - para além da sua força militar, era também o principal parceiro comercial de Portugal, estando a nossa economia muito dependente do que exportávamos para os ingleses. Serpa Pimentel opôs-se a uma rendição incondicional, mas tendo em conta a reduzida capacidade das nossas forças armadas, o governo português acabou por aceitar as imposições inglesas. O país explodiu em ira, as manifestações de patriotismo e de apelo à guerra sucederam-se, e o governo de Luciano de Castro e RG caiu três dias depois.

O ano de 1897 é um ano de intensa visibilidade de RG que acabou por fazer nova incursão no governo, designadamente como **Ministro da Fazenda** (hoje Finanças), com o desafio de resolver o impasse ultramarino, ao mesmo tempo que apresentava o seu plano de reforma da cidade de Lisboa, da Baixa ao Campo Grande.

RG ao lutar como pôde para recuperar o país da falência financeira que herdara, confrontou-se com a dura oposição política, a imprensa e os portugueses, num período de depreciação da moeda, falência de alguns bancos, aumento da dívida pública, contracção dos investimentos e descrença social. É neste panorama de bancarrota nacional que **RG recusou a venda do Ultramar português para pagar a dívida**, como se preconizava na época. Esta é uma convicção de JM, defendida na sua intervenção, onde referiu que esta situação foi bastante importante (talvez mesmo ignorada na historiografia) pois houve quem sugerisse a venda do Império Português, como solução para pagar a dívida.

Com a reforma de RG à secretaria-geral do ministério das Finanças, em 1898, organizou-se pela primeira vez um sistema de informação documental. No mesmo ano, **RG intercedeu também sob questões relacionadas com a produção e preço do trigo**, impulsionando novo incentivo a esta produção junto dos agricultores, e dando origem à importantíssima lei de protecção cerealífera de 1889: «Curiosamente, cerca de 10 anos depois, como par do Reino, RG continuava a defender a produção de cereais intervindo sob a crise da viticultura portuguesa», sublinhou JM.

Na perspectiva de JM, é ainda interessante referir a intervenção de RG enquanto **deputado e líder da maioria parlamentar do partido Progressista**, numa luta local da afirmação da população de Espinho relativamente à autonomia administrativa da então Vila da Feira, que motivara o povo a assinar uma representação pedindo a autonomia local, a 23 de Fevereiro de 1898.

«RG fora um monárquico contido, mas no final da sua carreira pelo menos duas atitudes fazem dele um homem coerente com o seu percurso político e técnico em monarquia», proferiu JM. Segundo a *Lista Civil*, nas sessões de 29 de Julho e 3 de Agosto de 1908, RG chamou à atenção para o incumprimento do Parlamento que não fixou a lista civil do rei D. Manuel II, nem dos seus recursos de despesa, depois de o monarca ter assumido não utilizar quaisquer recursos que não fossem autorizados por lei, em carta de 5 de Fevereiro de 1908, junto do mesmo Parlamento. RG revela ainda apego à causa monárquica através do seu pedido de demissão e reforma da Câmara Municipal de Lisboa, após a vitória republicana nas eleições municipais de 1908.

«As suas funções políticas foram secundarizadas pela historiografia até à data, pela importância que teve como técnico na reforma urbanística de Lisboa entre o final do século XIX e seguinte, rasgando o progresso. Foi um político com uma profissão técnica predominante em termos de visibilidade e competência. Tinha uma profissão e uma competência profissional reconhecida para além da sua função política», concluiu JM.

Lisboa, 25 de Novembro de 2011.